

# **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos<sup>1</sup>**

**Camila Ferracini Origuéla**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)  
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

## **Resumo**

A luta pela terra é interpretada ao longo deste artigo como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território brasileiro e desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Partindo dessas premissas, este artigo tem como objetivo compreender o processo de espacialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocorre por meio de ocupações de terra e acampamentos, no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. O primeiro contexto histórico-geográfico corresponde ao final da década de 1980 e início da década de 1990, no qual o processo de espacialização do MST ocorria por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política. O segundo contexto histórico-geográfico diz respeito ao final de década de 1990 e início da década de 2000, no qual houve a sobreposição dos espaços de socialização política. E, por fim, o terceiro contexto corresponde à contemporaneidade. Compreendemos a partir das leituras bibliográficas, dos levantamentos de dados e das pesquisas empíricas que, os acampamentos de luta pela terra se transformaram em espaços de socialização política precários e/ou incompletos, no quais as relações socioespaciais e, conseqüentemente, organizacionais são esporádicas.

**Palavras-chave:** questão agrária; luta pela terra; ocupações de terra; acampamentos; MST.

## **Resumen**

### **Análisis del proceso de espacialización del MST en el estado de São Paulo en diferentes contextos histórico-geográficos**

La lucha por la tierra se interpreta en este artículo como un problema histórico-estructural intrínseca a los procesos de formación del territorio y el desarrollo del modo de producción capitalista en el campo. Por eso, este artículo tiene como objetivo comprender el proceso espacial del Movimiento de los Sin Tierra (MST), que se produce a través de las ocupaciones de tierras y campamentos en el estado de São Paulo en diferentes contextos históricos y geográficos. El primer contexto histórico y geográfico corresponde a finales de 1980 y principios de 1990, en la que el proceso espacial MST se produjo a través multidimensionamento de espacios de socialización política. El segundo contexto histórico y geográfico se refiere a las finales de 1990 y principios de 2000, en la que no había superposición de espacios de socialización política. Y finalmente, la tercera contexto es el presente. Entendemos de la lectura de la literatura, los datos del estudio y la investigación empírica de que los campamentos se convirtió en espacios de socialización política precarios y / o incompletos, en los que las relaciones socio-espaciales y, en consecuencia, de la organización son esporádicos.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação concluída no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, intitulada "Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo – 1990-2013". A pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Palabras clave:** cuestión agraria; lucha por la tierra; ocupaciones de tierra; campamento; MST.

### Abstract

#### **Analysis of the process of MST spatialization in the state of São Paulo in different settings historical and geographical**

The struggle for land is interpreted throughout this article as a historical-structural issue intrinsic to the formation processes of the Brazilian territory and development of the capitalist mode of production in the field. Because of that, this article aims to understand the spatial process of the Landless Workers' Movement (MST), which occurs through land occupations and encampments in the state of São Paulo in different historical and geographical contexts. The first historical and geographical context corresponds to the late 1980s and early 1990s, in which the MST spatial process occurred through multidimensionamento of spaces of political socialization. The second historical and geographical context concerns the late 1990s and early 2000s, in which there was overlapping of spaces of political socialization. And finally, the third context is the present. We understand from reading literature, the survey data and empirical research that the struggle for land camps became precarious political socialization spaces and / or incomplete, in which socio-spatial relations and, consequently, organizational are sporadic.

**Keywords:** agrarian question; the struggle for land; land occupations; camping; MST.

### Introdução

Interpretamos a luta pela terra no Brasil como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território nacional e de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. De acordo com Morissawa (2001), os conflitos por terra que surgiram entre os anos de 1888 (abolição da escravatura) e 1964 (instauração do regime militar) podem ser classificados em: a) lutas messiânicas (1888-1930), como a guerra de Canudos (1893-1897) e a guerra do Contestado (1912-1916); b) lutas radicais, localizadas e espontâneas (1930-1954), como a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957); c) e, por fim, lutas organizadas, com caráter ideológico e em escala nacional (1950-1964) com a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

Durante a ditadura militar (1964-1985), os movimentos camponeses, bem como diferentes formas de organização da sociedade civil, foram brutalmente reprimidos e somente no final da década de 1970 e início da década de 1980 é que a luta pelo acesso a terra e contra a expropriação retornaram ao cenário político nacional. É nesse contexto que surge o MST, movimento socioterritorial fundado em 1984 no município de Cascavel, estado do Paraná. Com a emergência do MST, a luta pela terra adquire novas características como, por exemplo, a ascensão da ocupação da terra, seguida da formação do acampamento, como principal forma de luta pela terra no país.

Desde a sua gênese, o MST contribuiu com a (re)territorialização de aproximadamente 350 mil famílias camponesas e, atualmente, organiza cerca de 90 mil famílias acampadas em todo o território brasileiro. No estado de São Paulo, o MST é formado por 1.200 famílias acampadas, distribuídas em 28 acampamentos, de acordo com os trabalhos de campo realizados entre março de 2012 e janeiro de 2014 (ver tabela 1).

**Tabela 1 - São Paulo- Acampamentos de luta pela terra - MST - 2012-2014**

Regional	Município	Acampamento	Famílias	Total	Mobilizadas <sup>2</sup>
Andradina	Castilho	José Martín	80	530	119
	Guaraci	José Hamilton	21		
	Mirandópolis	Egídio Bruneto	25		
	Rubiácea	Rosa Luxemburgo	45		
	Araçatuba	Palmares II	70		
	Araçai	Novo Horizonte	40		
	Ponte Linda	Paulo Freire	25		
	Sud Menucci	Irmã Dorothy	35		
	Mirandópolis	Conquista da	30		
	Barretos	José Ribamar	50		
	Itapura	Madre Cristina	10		
	Aparecida do Oeste	Padre Josino	35		
Mirandópolis	Ernesto Che Guevara	50			
Grande São Paulo	Campinas	I	-	-	-
	Campinas	II	-		
Iaras	Agudos	Oziel Teixeira	30	90	45
	Agudos	Rosa Luxemburgo	66		
	Iaras	Maria Cícera	36		
	Iaras	Esperança	24		
Pontal do Paranapanema	Marabá Paulista	Irmã Gorete	113	284	150
	Sandovalina	Dorcelina Folador	117		
	Indiana	Irmã Dorothy	54		
Promissão	Altair	Egídio Bruneto	35	170	100
	José	São Jorge	10		
	Barbosa	Argentina Maria	45		
	Promissão	Augusto Boal	20		
	Gália	Luiz Beltrame	60		
Ribeirão Preto	Serrana	Alexandra	120	120	-

Fonte: Secretaria de Comunicação do MST; Trabalhos de Campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

<sup>2</sup> Conforme o MST, as famílias mobilizadas são aquelas que moram nos acampamentos de luta pela terra, diferente das famílias que retornam apenas aos fins de semana para participarem das reuniões e assembleias ou, ainda, aquelas que apenas participam das ações do Movimento, como ocupações de terra e manifestações. Podemos observar que há uma significativa diferença entre o número de famílias total e aquelas mobilizadas, que são, em algumas regionais, menos que a metade do total.

É devido à importância histórica do MST no que concerne à luta pela terra, que o objetivo deste artigo é analisar o processo de espacialização do Movimento no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos - final da década de 1980 e início da década de 1990, final da década de 1990 e início da década de 2000 e, principalmente, entre os anos de 2012 e 2014. No caso do primeiro contexto, a principal referência bibliográfica utilizada para a compreensão do processo de espacialização do MST é a pesquisa desenvolvida por Fernandes (1996). Já no segundo período utilizamos a pesquisa elaborada por Feliciano (2003). Por fim, para compreender o terceiro período nos baseamos em trabalhos de campo realizados nas regiões Noroeste e Oeste do estado.

Ao compararmos diferentes contextos histórico-geográficos e, a partir desses, processos de espacialização que se diferem tanto na forma quanto no conteúdo, podemos compreender quais mudanças ocorreram ao longo destes últimos anos, principalmente no que se refere à organização espacial da luta pela terra. Ou seja, o que é comum em todos os períodos estudados, o que é comum a cada um dos períodos e, o mais importante, o que é novo, incomum, diferente, peculiar. Através de um estudo que promova a comparação histórica e geográfica podemos chegar a considerações significativas.

Antes, é importante esclarecermos que o conceito de espacialização se refere a um processo geográfico no qual as famílias sem-terra constroem espaços de enfrentamento e resistência com o objetivo de transformar a realidade em que vivem. A transformação de espaços em territórios - quando as famílias sem-terra conquistam o assentamento rural - ocorre por meio da conflitualidade, ou seja, através do conflito direto entre forças políticas que têm como objetivo criar, conquistar e controlar territórios (FERNANDES, 2008; PEDON, 2009).

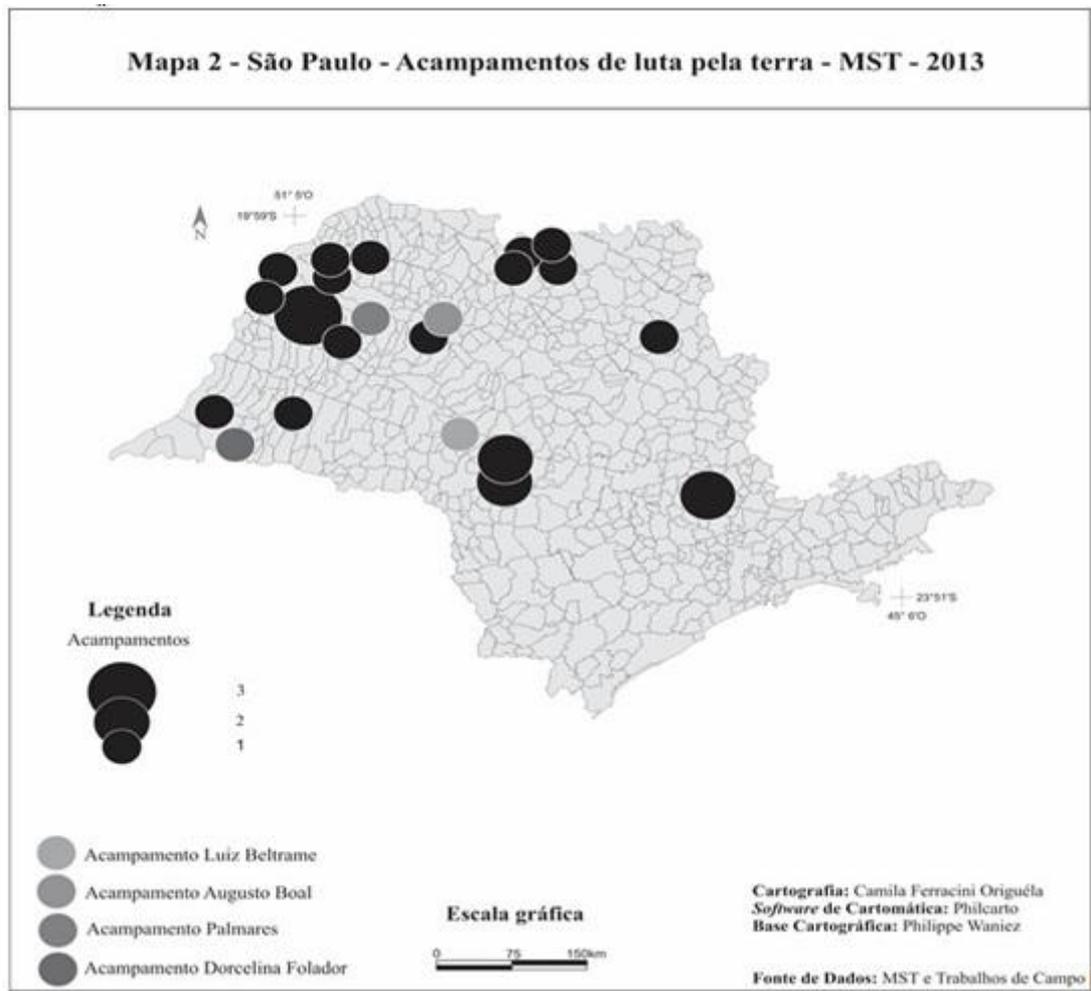
Na atualidade, o processo de espacialização do MST é organizado por meio de regionais de lutas, ou seja, porções do território nas quais o Movimento sistematiza ocupações de terra e acampamentos. Nessas áreas, o MST também colabora com a organização dos assentamentos rurais. No estado de São Paulo, existem seis regionais de lutas – Andradina, Iaras, Itapeva, Grande São Paulo, Pontal do Paranapanema, Promissão, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba (ver mapa 1). Os limites territoriais das regionais são distintos dos limites político-administrativos instituídos pelo Estado - mesorregiões e microrregiões.



Organização: AUTOR, 2014.

Optamos pela pesquisa empírica apenas nas regionais de lutas de Andradina, Pontal do Paranapanema e Promissão devido ao fato de que essas áreas concentram cerca de 70% das ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST no estado. No caso das regionais de Andradina e Promissão, o MST reivindica propriedades rurais improdutivas que, de alguns anos para cá, estão sendo arrendadas para a produção de cana-de-açúcar. Já na regional do Pontal do Paranapanema, o Movimento reivindica terras públicas, ou seja, terras pertencentes ao Estado que foram historicamente griladas por fazendeiros da região.

No decorrer dos trabalhos de campo, entrevistamos 20 famílias acampadas, além de coordenadores estaduais e regionais do MST. As famílias entrevistadas compõem os acampamentos Augusto Boal, localizado no município de José Bonifácio e na regional de luta de Promissão; Dorcelina Folador, localizado no município de Sandovalina e na regional de luta do Pontal do Paranapanema; Luiz Beltrame, localizado no município de Gália e na regional de luta de Promissão; e Palmares, localizado no município de Araçatuba e na regional de luta de Andradina<sup>3</sup> (ver mapa 2).

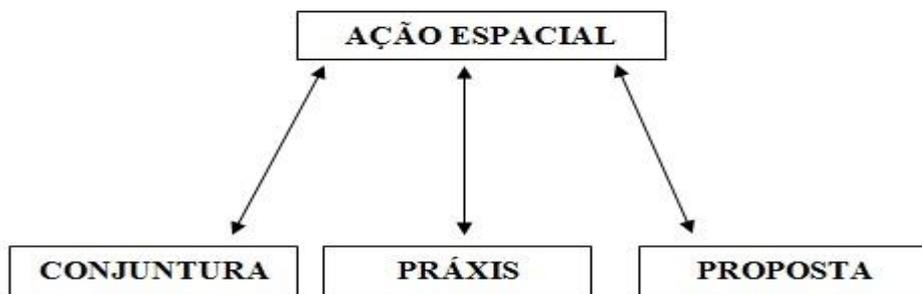


Organização: AUTOR, 2014.

Partimos do pressuposto de que três fatores influenciam o processo de espacialização da luta pela terra em diferentes contextos histórico-geográficos: a) conjuntura econômica, política e social; b) práxis ou experiências de lutas; c) propostas ou diretrizes políticas do Movimento (ver fluxograma 1).

<sup>3</sup> Além desses, a pesquisa empírica também foi realizada no acampamento Argentina Maria, município de Barbosa; Irmã Goreti, município de Marabá Paulista; e nas ocupações realizadas na fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista, e na fazenda São Domingos, município de Sandovalina. Nesses espaços desenvolvemos apenas a observação participante ao invés das entrevistas semi-estruturadas.

### Fluxograma 1 - Fatores que influenciam no processo de espacialização da luta pela terra



Organização: AUTOR, 2014.

No período estudado por Fernandes (1996), a conjuntura era de modernização e industrialização da agricultura brasileira, acompanhada dos processos de des(re)territorialização do campesinato, seja no bojo do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1991) ou por meio da organização política dos camponeses na luta pela terra (FERNANDES, 2000). No que se refere às experiências de luta, um dos principais espaços de organização do campesinato eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os encontros regionais e estaduais de camponeses. As diretrizes do MST, um movimento socioterritorial que estava em processo de gestação e início da espacialização era de luta pela terra, reforma agrária e contra o latifúndio.

Em relação à pesquisa desenvolvida por Feliciano (2003), a conjuntura era de ascensão do agronegócio enquanto estratégia para geração de saldos positivos na balança comercial brasileira e consequente re-primarização do comércio externo (DELGADO, 2012). Nesse período, o MST já possuía inúmeras experiências de luta pela terra e na terra, ou seja, nos assentamentos rurais conquistados pelo Movimento. No processo de espacialização, o MST priorizou a massificação da luta pela terra ao arremeter números expressivos de famílias acampadas e de acampamentos nas beiras das estradas. Além disso, os espaços de formação das famílias interessadas em conquistar um pedaço de terra se resumiam às ocupações de terra, acampamentos e, em alguns momentos, encontros nacionais, estaduais ou regionais do Movimento. As propostas eram, também, de luta pela terra, reforma agrária e contra o latifúndio.

Na atualidade, contexto é de territorialização do agronegócio, sobretudo, o canavieiro e, conseqüentemente, o bloqueio das terras passíveis de reforma agrária (STÉDILE, 2013). As experiências do Movimento são ainda mais significativas, todavia, compreendemos que, as ocupações de terra e, principalmente, os acampamentos se transformaram em espaços precários em virtude da esporadicidade da vida e da luta, ou seja, espaços onde as relações socioespaciais e, até mesmo, organizacionais se tornaram efêmeras. Para aprofundarmos as questões apresentadas neste momento do texto, fragmentamos o artigo em três tópicos, sendo que, no primeiro procuramos compreender o processo de espacialização do MST a partir da leitura de Fernandes (1996); no segundo, a partir da leitura de Feliciano (2003); e, por fim, do terceiro apresentamos uma leitura a respeito da atualidade da luta pela terra.

### Formação e espacialização do MST a partir do processo de multidimensionamento do espaço de socialização política

Até a década de 1960, predominou no espaço agrário brasileiro e, principalmente, no paulista o padrão latifúndio-minifúndio de exploração da propriedade da terra e, ainda,

relações de produção baseadas no colonato (BOMBARDI, 2006). Em decorrência da crise cafeeira, a produção de café, extremamente significativa no interior do estado de São Paulo, começou a ser substituída, primeiro por pastagens para a produção de gado e cultivo de algodão e, mais tarde, sobretudo na década de 1970, pela produção de cana-de-açúcar<sup>4</sup>.

Concomitantemente à substituição da cafeicultura por outras atividades agrícolas, teve início o processo de modernização da agricultura, que pode ser compreendido como a transformação capitalista da agricultura (GRAZIANO NETO, 1985). A modernização e consequente industrialização da agricultura só foram possíveis devido à expansão de três pilares: a) o físico-químico, com a ampliação da utilização de defensivos agrícolas e adubos; b) o técnico, com o aumento do número de tratores e colheitadeiras; c) o biotecnológico, com a difusão das sementes geneticamente modificadas (OLIVEIRA, 1981).

A modernização da agricultura produziu, por um lado, a industrialização das atividades agrícolas e a expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e, por outro, a des(re)territorialização do campesinato. Compreendemos que, o modo capitalista de produção ao se desenvolver no campo engendra relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado e relação de produção não capitalistas, como o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1991). O campesinato pode, portanto, ser (re)criado no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo ou, ainda, pode retornar a terra por meio da organização política e da ocupação da terra (FERNANDES, 2000).

É a partir desse contexto que Fernandes (1996) analisa os processos de formação e espacialização do MST. O autor tem como pressuposto as ideias de espaço social, lugar social e movimento social e conclui que a espacialização do Movimento ocorre por meio do multidimensionamento do espaço de socialização política em espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. Primeiramente, espaço social é compreendido pelo autor como uma “[...] realidade produzida pela materialização da existência social, por meio da realização integral da vida em seu processo de desenvolvimento ininterrupto” (p. 22). O espaço social é “[...] produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura”<sup>5</sup>.

A formação e espacialização do MST, não só no estado de São Paulo, mas na região Centro-Sul, deu-se em um espaço social de extrema efervescência política tanto no campo - com a ascensão de movimentos de luta pela terra e movimentos contra a expropriação camponesa - quanto na cidade - com as greves operárias nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André e, ainda, as manifestações pela redemocratização do país.

O espaço social apresentado contribuiu com a constituição de lugares sociais, que podem ser compreendidos como espaços onde as famílias sem-terra se organizavam politicamente em torno de um objetivo comum: o acesso a terra de trabalho. De acordo com Fernandes (1996, p. 23), “[...] o lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo [...]”. Nesse período, a Igreja Católica construiu um significativo lugar social: as CEBs. Além das CEBs, os encontros estaduais e regionais de agricultores também eram lugares sociais nos quais os camponeses discutiam formas de organização coletiva.

As CEBs eram importantes espaços de socialização política onde os sem-terra construíam o espaço comunicativo e o espaço interativo. O espaço comunicativo pode ser caracterizado como “[...] o lugar e o espaço do conhecer e do aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania [...]” (FERNANDES, 1996, p.228). O espaço interativo compreende “[...] um estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de espacialização, já possuem o conhecimento crítico da realidade e a consciência da possibilidade de ação [...]”<sup>6</sup>. O espaço de luta e resistência, no caso as

---

<sup>4</sup> Op. Cit.

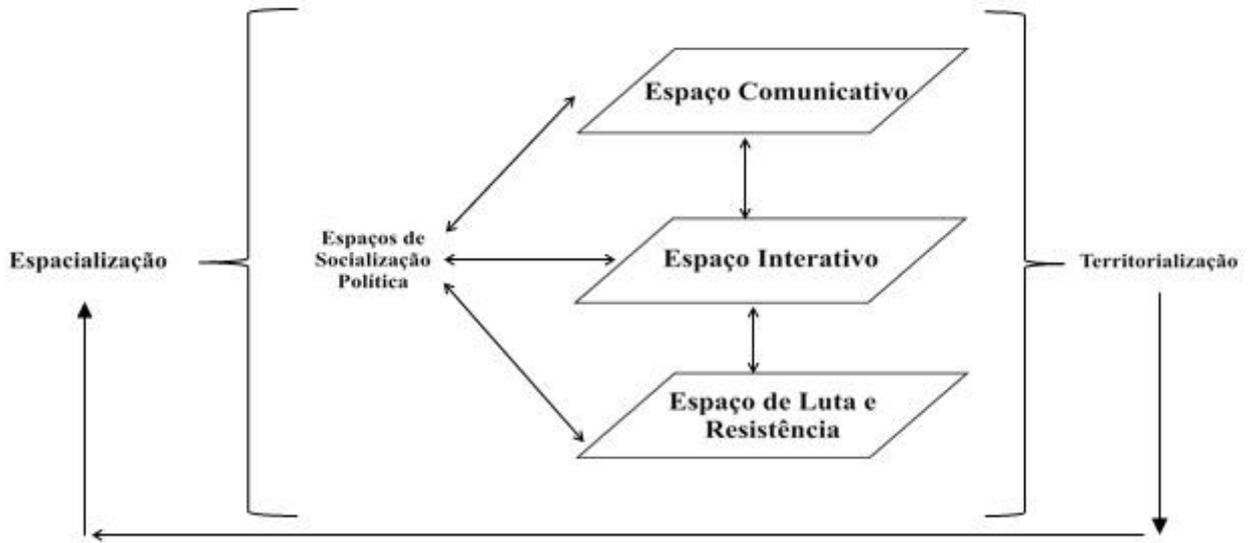
<sup>5</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>6</sup> Ibidem, 231.

ocupações de terra e os acampamentos, pode ser compreendido como uma ação pública dos sem-terra e, conseqüentemente, dos seus objetivos<sup>7</sup>.

O multidimensionamento dos espaços citados permite a espacialização do MST e, em alguns casos, a territorialização do Movimento. A territorialização ocorre quando as famílias acampadas conquistam o assentamento rural, ou seja, conquistam uma fração do território. A partir do fluxograma 2, podemos compreender como os processos citados ocorrem e permitem a espacialização e territorialização do MST.

**Fluxograma 2 - Da espacialização à territorialização do MST, segundo Bernardo Mançano Fernandes (1996)**

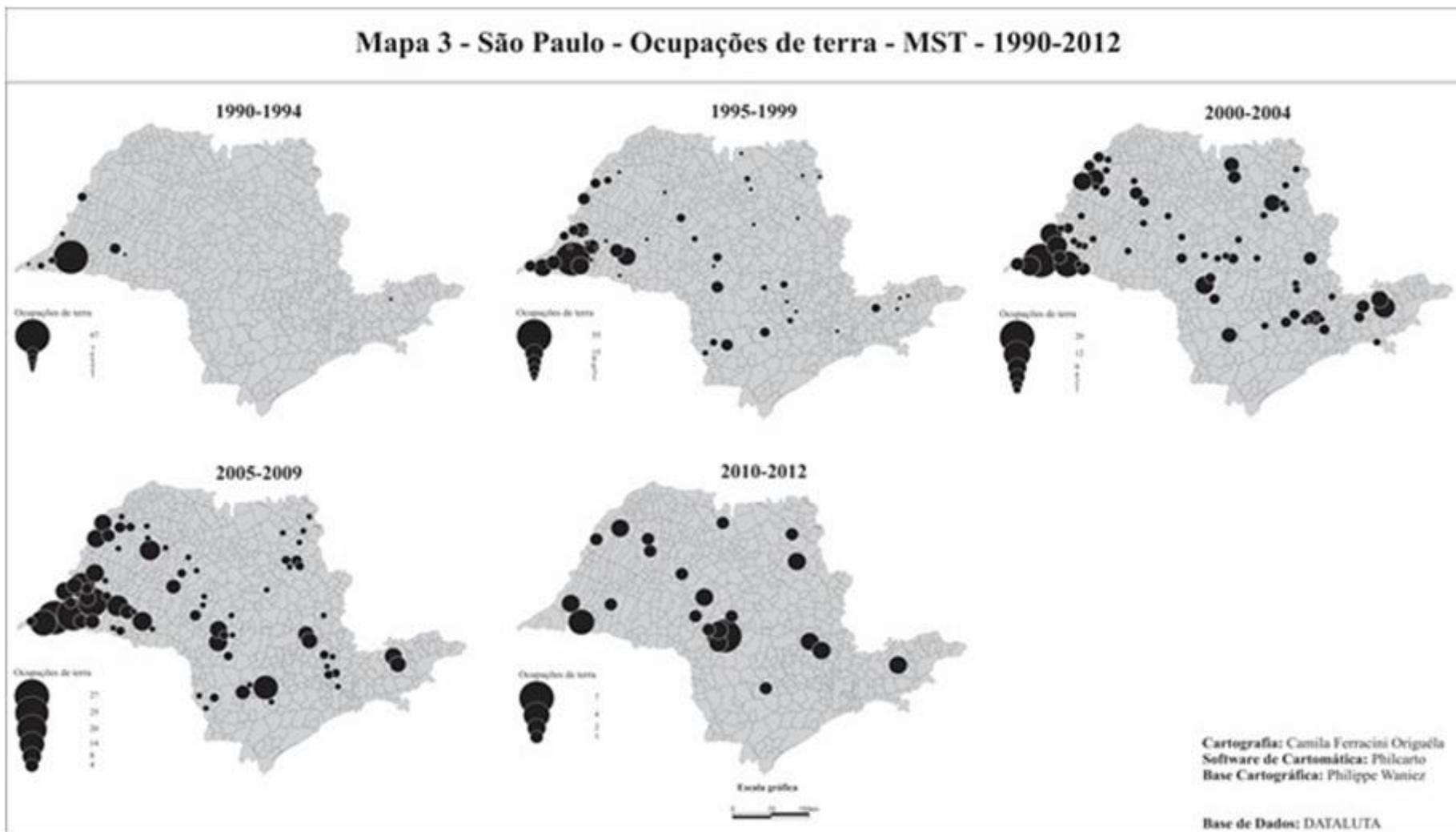


Organização: AUTOR, 2014.

De acordo com o mapa 3, durante o início da década de 1990, a espacialização do MST se restringiu à região Oeste do estado de São Paulo, mais especificamente à região do Pontal do Paranapanema. Somente após o ano de 1995 é que o MST se espacializou por quase todas as regiões do estado, concentrando-se, ainda, na porção Oeste. Já no início da década de 2000, podemos observar que o MST continua a se espacializar pelas mesmas regiões do estado, todavia o número de ocupações de terra aumentou, sobretudo, no ano de 2003, com a eleição do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. A década de 2000 e o início da década de 2010 serão analisadas nos próximos tópicos.

<sup>7</sup> Op. Cit.

Mapa 3 - São Paulo - Ocupações de terra - MST - 1990-2012



Organização: AUTOR, 2014.

Concluimos este tópico ressaltado que, a espacialização do MST a partir do processo de multidimensionamento do espaço de socialização política compõe um período bastante específico da luta pela terra no estado e se difere do processo de espacialização estudado por Feliciano (2003) e, sobretudo, do processo atual de luta pela terra. Dentre as principais características do período estudado por Fernandes (1996), destacamos a constituição de diferentes espaços no processo de luta pela terra, dois espaços específicos para a conscientização e formação política das famílias sem-terra e um espaço de enfrentamento direto ao latifúndio.

### **Massificação e espacialização do MST a partir do processo de sobreposição do espaço de socialização política**

Ao longo da década de 1990, mais precisamente entre os anos de 1994 e 1998 - período de intensa liquidez internacional ou de grande quantidade de capital, principalmente, internacional na economia brasileira -, o governo Fernando Henrique Cardoso secundarizou a política de exportações agrícolas que esteve em expansão durante as décadas de 1970 e 1980 acreditando que, com a abertura da economia nacional aos investimentos externos, os problemas econômicos do país seriam, de certa forma, apaziguados. Todavia, a expansão do capital internacional acarretou o déficit da conta corrente e para resolvê-lo o Estado alterou o regime cambial e as políticas de ajuste externo e, ainda, recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três momentos - 1999, 2001 e 2003 (DELGADO, 2012).

Com o intuito de obter saldos positivos na balança comercial brasileira, os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva investiram significativamente na exportação do setor agropecuário e, conseqüentemente, na re-primarização do comércio externo - estratégia política e econômica encontrada para a reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho<sup>8</sup>. Estatisticamente, entre os anos de 1995 e 1999, as exportações médias de produtos manufaturados representavam 56% das exportações, enquanto os produtos primários ou semielaborados equivaliam a 44%. Em 2008, houve a inversão desses números e 57,1% das exportações eram de produtos primários e 42,9% de manufaturados<sup>9</sup>.

O agronegócio pode ser compreendido como “[...] um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças” (FERNANDES e WELCH, 2008). A ascensão do agronegócio, bem como das suas políticas de expansão e de domínio territorial “formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham como uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia”<sup>10</sup>. Desde 1999, o agronegócio se encontra em intenso processo de territorialização, sobretudo na região Centro-Oeste do país, constituindo uma espécie de polígono do agronegócio<sup>11</sup> - oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo e Sul-Sudeste de Goiás (THOMAZ JUNIOR, 2010).

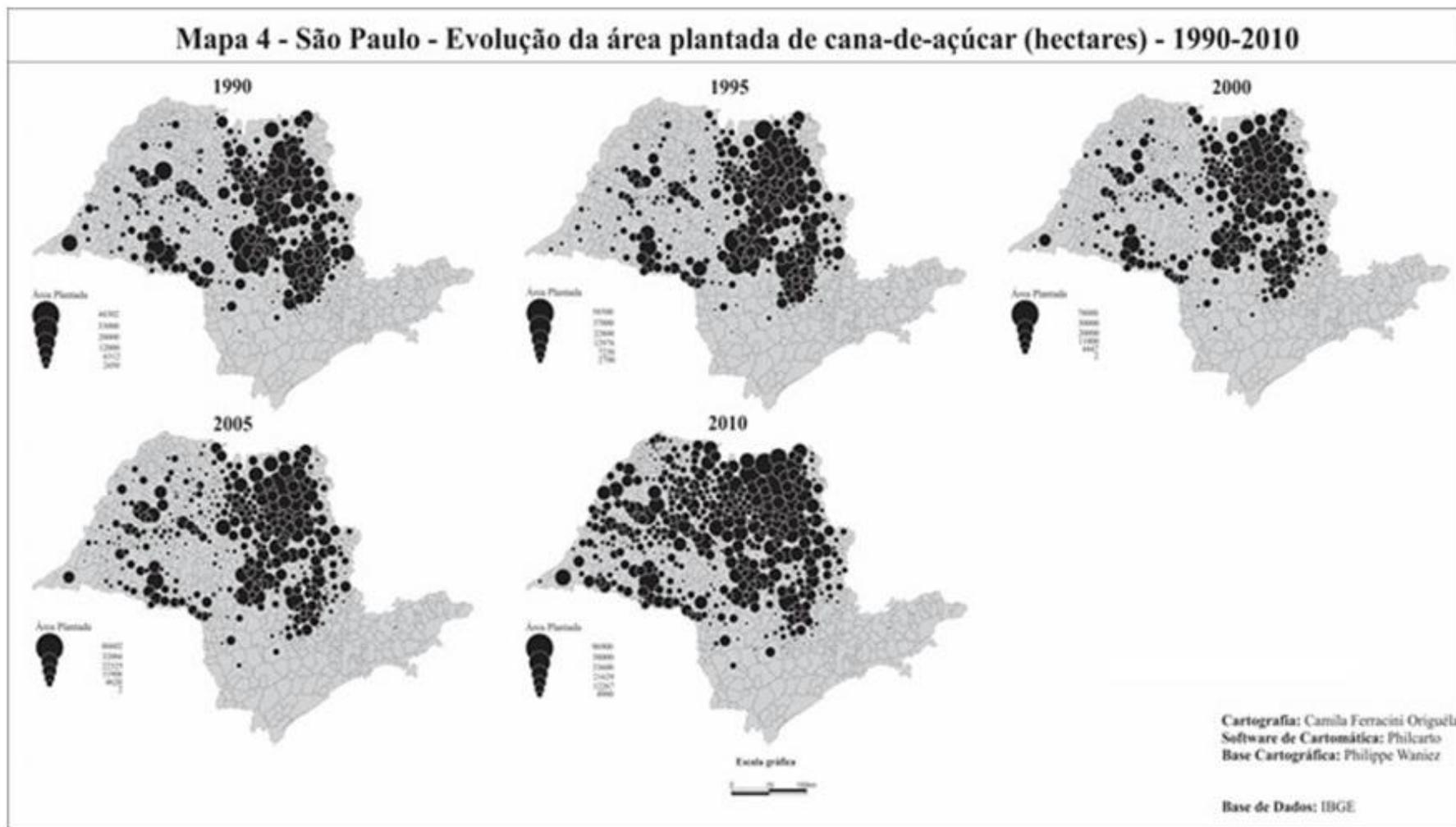
A partir do mapa 4, podemos observar a territorialização do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo.

<sup>8</sup> Op. Cit.

<sup>9</sup> Op. Cit.

<sup>10</sup> Ibidem, 2004, texto não paginado.

<sup>11</sup> O polígono é responsável por 80% da produção de cana-de-açúcar, 30% da produção de soja e parte significativa da produção de eucalipto, além de concentrar mais da metade das unidades agroindustriais de cana-de-açúcar e as melhores e férteis terras agricultáveis do país (THOMAZ JUNIOR, 2010).



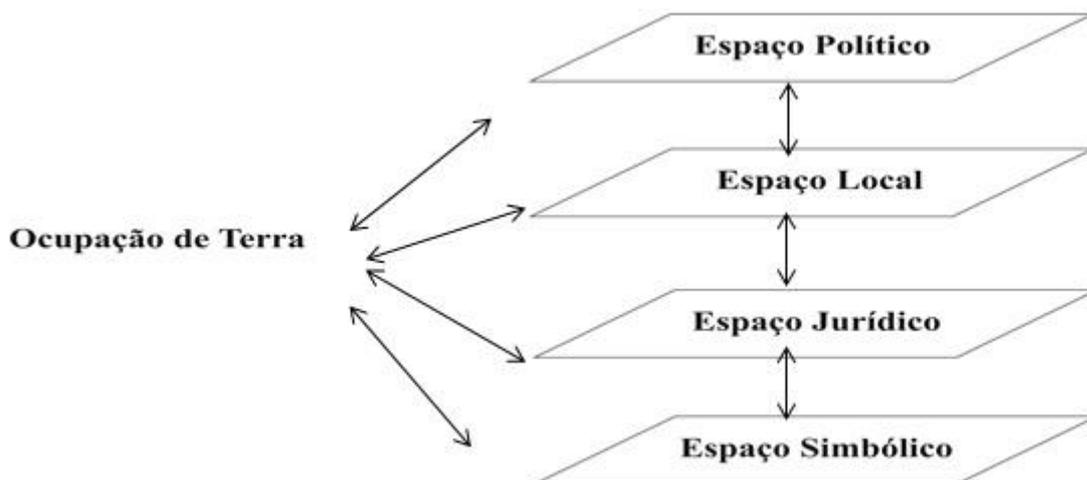
Organização: AUTOR, 2014.

O território da cana-de-açúcar está se expandindo, sobretudo, nas regiões Noroeste e Oeste do estado. As respectivas regiões possuem características históricas de acumulação de capital por meio do viés patrimonialista, ou seja, essas terras eram deixadas até certo tempo atrás às margens do processo de expansão do modo capitalista de produção no campo, pois geravam valor ou se valorizavam sem produzir absolutamente nada. Com a territorialização do agronegócio canavieiro, houve o fortalecimento de regiões tradicionais na produção de cana-de-açúcar, como a de Ribeirão Preto, e a inserção de novas regiões ao circuito produtivo. Esses processos estão bloqueando as terras passíveis de reforma agrária e protegendo as terras improdutivas para uma futura expansão territorial da produção (STEDILE, 2013).

É no âmbito do processo de re-primarização do comércio externo brasileiro e de territorialização do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo que analisaremos as considerações desenvolvidas por Feliciano (2003). De acordo com o autor, a luta pela terra adquiriu no início do século XXI uma projeção político-jurídica, distinguindo-se das ações analisadas por Fernandes (1996), que possuíam um viés político-geográfico. Ainda, segundo Feliciano (2003), a ocupação da terra não é produto do multidimensionamento dos espaços de socialização política, mas sim, de uma decisão particular de cada um dos sujeitos envolvidos de romper ou não com as condições socioeconômicas em que vivem no campo ou na cidade.

Além de se constituir enquanto uma ação político-jurídica na qual os sujeitos optam por participar, a ocupação da terra não produz apenas um espaço de luta e resistência - o acampamento -, mas outros quatro espaços: o político, o local, o legal e, ainda, o simbólico (ver fluxograma 3).

### Fluxograma 3 - O multidimensionamento de uma ocupação de terra, de acordo com Feliciano (2003)



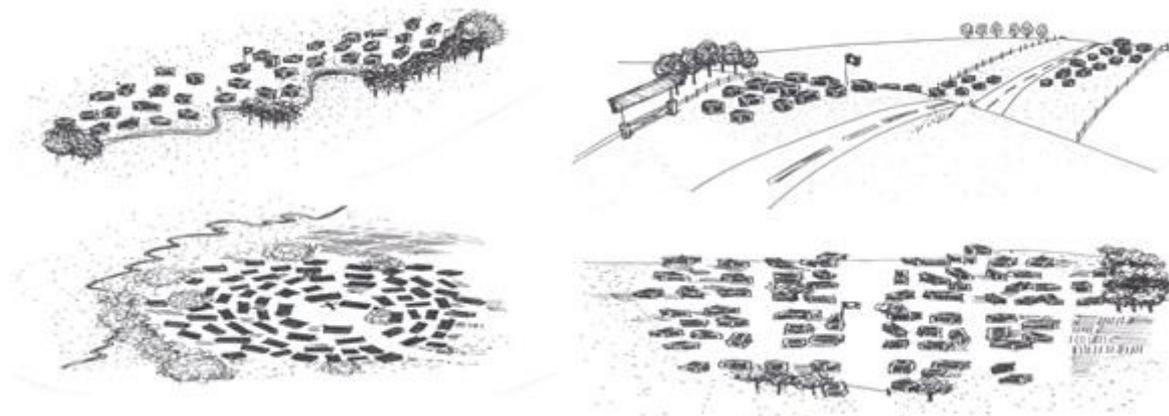
Organização: AUTOR, 2014.

Ao ocupar uma propriedade rural, as famílias sem-terra ocupam e lutam na esfera política, visto que a formação de um acampamento é o primeiro passo para a negociação política entre Estado, INCRA, ITESP e MST; na esfera local, pois as famílias acampadas reivindicam ao poder municipal o acesso à água, escola, transporte, entre outros; na esfera legal, como no caso dos processos de reintegração de posse; e na esfera simbólica, dado que a adesão da sociedade aos processos de luta pela terra e reforma agrária são fundamentais.

De acordo com Feliciano (2003), os acampamentos eram normalmente construídos após a ocupação da propriedade reivindicada, todavia logo após a ocupação as famílias eram despejadas. É por esse motivo que surgiram os acampamentos na beira das estradas,

em lotes de assentamentos rurais, hortos florestais, entre outros. Era comum neste período encontrar diferentes formas de acampamentos, como os: circulares, lineares ou tabuleiros de xadrez<sup>12</sup> (ver figura 1).

**Figura 1 - Formas de acampamentos existentes no estado de São Paulo no início da década de 2000**



Fonte: Feliciano, C. A. , 2006. Organização: AUTOR, 2014.

Para Feliciano (2003), a leitura geográfica arquitetada por Fernandes (1996) sobre o multidimensionamento do espaço de socialização política, não explicava a complexidade da luta pela terra no final da década de 1990 e início da década de 2000. Dentre as principais conclusões desse autor, podemos destacar: a) com a massificação da espacialização do MST, os espaços comunicativo e interativo ocorriam no âmbito do espaço de luta e resistência, processo que prejudicou a formação política das famílias acampadas; b) a decisão de participar da ocupação da terra não era produto da formação política, mas da decisão individual ou particular; c) e, para concluir, os acampamentos na beira das estradas se tornaram mais comum do que os acampamentos dentro das fazendas reivindicadas.

### **A espacialização do MST a partir do processo de formação de espaços de socialização política precários**

A conjuntura atual é bastante próxima da apresentada no tópico anterior, a territorialização do agronegócio canavieiro em diferentes regiões do estado. O que mudou é que as disputas por terras entre o agronegócio e o MST se tornaram ainda mais intensas, visto que mais de 50% das propriedades rurais reivindicadas pelo Movimento estão arrendadas para a produção de cana-de-açúcar, conforme será apresentado nos próximos parágrafos. No que se refere ao processo de espacialização do MST, acreditamos que existem algumas diferenças em relação aos processos analisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003) (ver quadro 1).

<sup>12</sup> Nos acampamentos circulares, os barracos das famílias acampadas formam um círculo em torno do espaço para as reuniões e assembleias; nos lineares, os barracos estão dispostos paralelamente à cerca da fazenda; e no tabuleiro de xadrez, os barracos são erguidos uns próximos dos outros irregularmente.

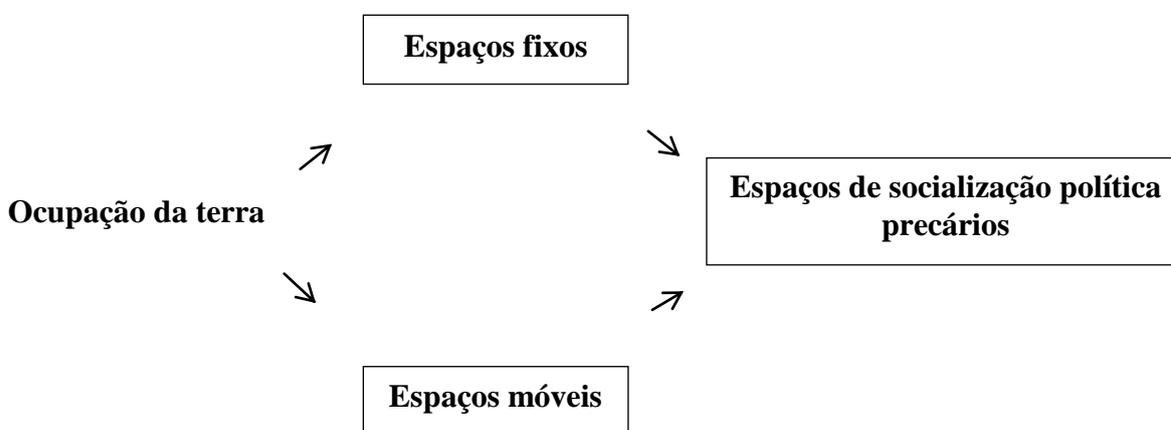
**Quadro1 - Comparativo entre as pesquisas de Fernandes (1996), Feliciano (2003) e a atualidade da luta pela terra**

Fernandes (1996)	Feliciano (2003)	Origuéla (2014)
<p>Espaço comunicativo</p> <p>Espaço interativo</p> <p>Espaço de luta e resistência</p>	<p>Espaço político</p> <p>Espaço local</p> <p>Espaço jurídico</p> <p>Espaço simbólico</p>	<p>Espaço fixo</p> <p>Espaço móvel</p> <p>Espaço de socialização política precário</p>

Organização: AUTOR, 2014.

Diferente de Fernandes (1996) e Feliciano (2003), consideramos que existem dois tipos de ocupações de terra: a primeira produz **espaços fixos** e a segunda, **espaços móveis** (ver fluxograma 4).

**Fluxograma 4 - A atualidade da espacialização da luta pela terra**



Organização: AUTOR, 2014.

Os espaços fixos são os acampamentos construídos nas beiras das estradas, em terrenos municipais ou em lotes de assentamentos rurais, normalmente próximos às fazendas pleiteadas pelo Movimento. Os espaços fixos são acampamentos construídos com o objetivo de manter um espaço no qual as famílias acampadas possam se reunir semanalmente e discutir as diretrizes da luta pela terra. Na maioria das vezes, as famílias possuem barracos no acampamento fixo, mas não habitam esses espaços, ou seja, moram nos municípios próximos aos acampamentos. O tempo de duração do acampamento fixo é extremamente maior do que o acampamento móvel e a localização do acampamento fixo é praticamente a mesma ao longo do processo de espacialização.

O acampamento Dorcelina Folador, localizado em uma estrada vicinal do município de Sandovalina, é um exemplo de espaço fixo (ver foto 1).

**Foto 1 - Barracos no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina**

Fonte: Trabalho de campo, 2012. Organização: AUTOR, 2014.

No mesmo acampamento, além dos barracos de madeira e lona, podemos encontrar criação de animais, principalmente, aves e o cultivo de hortaliças (ver foto 2).

**Foto 2 - Cultivo de hortaliças e flores no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina**

Fonte: Trabalho de campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Já os espaços móveis são os acampamentos formados dentro da propriedade rural reivindicada pelo MST. Os acampamentos móveis são acampamentos de duração restrita e que se deslocam de uma propriedade ocupada para outra. Em virtude dos processos de reintegração de posse, os acampamentos móveis duram alguns poucos dias ou, em casos extremos, algumas horas. Após a ocupação da fazenda São Domingos, o acampamento formado nas mediações da propriedade pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador é um exemplo de espaço móvel. De acordo com a foto 3, os acampamentos móveis são tão efêmeros que as barracas são coletivas e montadas apenas com alguns pedaços de bambu e lona.

**Foto 3 - Barracos coletivos na ocupação da Fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina**



Fonte: Trabalho de campo, 2012. Organização: AUTOR, 2014.

Em alguns casos, as famílias acampadas optam por barracas de camping, devido à praticidade em montar e desmontar (ver foto 4).

**Foto 4 - Barracas de camping na ocupação da fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento, município de Sandovalina**



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Tanto os espaços fixos quanto os móveis produzem espaços de luta e resistência e de socialização política precários, pois as relações socioespaciais e organizacionais construídas no âmbito desses espaço são extremamente esporádicas. Em outras palavras, os acampamentos se transformaram em um espaço de luta e resistência precário, pois as famílias acampadas os frequentam apenas nos fins de semana ou quando necessário, e em um espaço de socialização política precário, pois as relações sociais e políticas ocorrem em alguns momentos específicos e nem sempre todas as famílias estão presentes.

Além dos espaços fixos e móveis, o MST organiza territorialmente as ocupações de terra e os acampamentos a partir das regionais de luta. Desde a década de 1990, sobretudo na regional de Andradina, o Movimento desenvolve uma lógica bastante interessante de espacialização: as **lutas regionais**. Nos dias de hoje, essa forma de enfrentamento está presente em todas as outras regionais do estado. No caso das lutas regionais, as famílias acampadas em uma determinada regional participam de todas as ocupações de terra ou manifestações organizadas pelo MST no âmbito da regional. Dessa forma, as famílias lutam

por todas as propriedades rurais reivindicadas na porção do território que corresponde à regional onde estão acampadas.

Um exemplo de lutas regionais ocorreu no município de Marabá Paulista com a ocupação da fazenda Nazaré<sup>13</sup> pelas famílias acampadas na regional do Pontal do Paranapanema - dia 08 de março de 2013 (ver foto 5).

**Foto 5 - Grupo de famílias do acampamento Dorcelina Folador na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista**



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Como todas as famílias acampadas lutam por todas as áreas reivindicadas na regional, caso uma das propriedades seja desapropriada ou arrecadada e o número de famílias que estavam acampadas próximas a propriedade ou dentro da propriedade for menor do que o número de lotes do assentamento rural, as famílias que estão acampadas a mais tempo nos outros acampamentos da regional podem ser assentadas na área. Do mesmo modo, quando um acampamento é desmanchado devido a não desapropriação da fazenda ou conflitos entre os membros, as famílias que tem interesse em continuar na luta pela terra são levadas para outros acampamentos da regional.

O acampamento Augusto Boal, por exemplo, surgiu no município de Promissão. Todavia, quando as famílias acampadas descobriram que a propriedade pleiteada dificilmente seria desapropriada, algumas famílias migraram para José Bonifácio e ergueram um acampamento próximo à fazenda São José, enquanto outras se deslocaram até o acampamento Argentina Maria, localizado no município de Barbosa, e outras até o acampamento Egídio Bruneto, localizado no município de Altair. Por meio dessa estratégia, o MST consegue organizar ocupações de terra com um número significativo de famílias acampadas, além disso, as lutas regionais estimulam os acampados a participarem das lutas, lembrando que, as famílias que exercem atividades laborais não podem participar das ações em escalas estadual ou federal.

As lutas regionais são desenvolvidas em consonância com as agendas de lutas do MST, denominadas jornadas. Dessa forma, as famílias acampadas já sabem quais serão os períodos de luta, ou seja, de ocupações de terra e manifestações. De acordo com a tabela 2, no período de 2000 a 2012, o MST organizou 508 ocupações de terra, sendo que 124 ocorreram no mês de abril. Desde o ano de 1996, o mês de abril é considerado o mês da luta pela terra e reforma agrária em homenagem ao massacre de Eldorado dos Carajás, episódio em que 19 sem-terras foram assassinados no estado do Pará.

<sup>13</sup> A fazenda Nazaré pertence ao ex-prefeito de Presidente Prudente Agripino Lima. A propriedade está localizada em uma área de terras públicas que foram historicamente griladas e era, até alguns anos atrás, completamente improdutiva. Atualmente, uma parte da propriedade está arrendada para a produção de gado.

**Tabela 2 - São Paulo - Número de ocupações de terra organizadas pelo MST por mês - 2000-2012**

<b>Mês</b>	<b>Ocupações de terra</b>
Janeiro	45
Fevereiro	36
Março	47
<b>Abril</b>	<b>124</b>
Maio	49
Junho	40
Julho	27
Agosto	24
Setembro	38
Outubro	20
Novembro	35
Dezembro	23
<b>Total</b>	<b>508</b>

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013. Organização: AUTOR, 2014.

No âmbito das lutas regionais, as famílias acampadas desenvolvem uma espécie de **circuito de lutas**. Nesse caso, as famílias das regionais se mobilizam durante um dia ou mais duas e realizam várias ocupações de terra ou, ainda, manifestações em órgãos públicos, principalmente. Normalmente, as famílias de um acampamento organizam um ônibus e passam pelos outros acampamentos para arregimentar cada vez mais famílias e se dirigem até as propriedades rurais que serão ocupadas. Em um curto período de tempo e com um número significativo de famílias, várias ocupações de terra são realizadas com o objetivo de fortalecer a luta pela terra nas regionais.

Na maioria das vezes, apenas um membro da família frequenta o acampamento e participa das lutas regionais ou do circuito de lutas. Quando o representante da família no acampamento não consegue participar das reuniões no acampamento ou das lutas, outro membro da família é destinado a essa função. Um dos principais elementos que diferencia o processo de espacialização do MST na atualidade do estudado, sobretudo, por Fernandes (1996) é a não participação efetiva de toda a família nos acampamentos e nas ocupações de terra. É por esse motivo que o Movimento criou estratégias como as lutas regionais e o circuito de lutas, massificando dessa forma o processo de espacialização.

Para o MST, como a vida nos acampamentos é extremamente desgastante, as famílias não precisam morar de fato nesses espaços, mas apenas frequentá-los quando necessário, como em dias de reunião ou assembleia e dias de lutas regionais, ou seja, ocupações de terra ou manifestações. A não participação cotidiana das famílias no espaço de luta e resistência atrapalha a formação política das famílias acampadas e a interação entre os acampados, conforme apresentado anteriormente.

Apesar de serem imprescindíveis para a organização da luta pela terra na atualidade, as regionais estão enfrentando uma série de problemas de ordem estrutural. As regionais de Andradina, Promissão e Pontal do Paranapanema, por exemplo, além de serem territorialmente imensas, concentram 21 dos 28 acampamentos existentes no estado e cerca de mil famílias acampadas. Em virtude disso, os coordenadores regionais do MST não conseguem acompanhar cotidianamente as ocupações de terra e, principalmente, os acampamentos, desencadeando uma série de transtornos organizacionais e conflitos entre famílias acampadas e essas e os coordenadores do Movimento.

Um caso bastante peculiar é o da regional de Promissão. Um dos maiores acampamentos dessa regional está localizado no município de Colômbia, no Norte do

estado de São Paulo, limítrofe ao estado de Minas Gerais. Enquanto isso, outro acampamento da mesma regional está localizado no município de Gália, região central do estado. Os coordenadores dessa regional viajam durante horas para se deslocar de um acampamento para os outros que compõem a regional, percursos que demandam tempo e, sobretudo, recursos materiais e financeiros.

Em virtude do panorama apresentado, existem acampamentos onde coordenadores do MST nunca estiveram, ou seja, apenas levaram as famílias até a área na qual o acampamento deveria ser montado e depois disso voltaram uma vez, duas vezes ou nunca mais voltaram. Nesses casos, o contato entre os militantes e as famílias acampadas ocorre por meio de ligações telefônicas. Na verdade, os militantes entram em contato com os coordenadores dos acampamentos - normalmente um homem e uma mulher - e esses transferem as informações para o restante das famílias. Os coordenadores dos acampamentos também participam dos cursos de formação e dos encontros regionais, estaduais e nacionais do MST e das reuniões com órgãos públicos com o objetivo de discutir os processos de desapropriação ou arrecadação de terras.

Quando o contato entre as famílias acampadas e os coordenadores do MST é bastante restrito, as famílias acabam se vinculando aos padres da Igreja Católica vinculados à CPT, aos vereadores do município onde o acampamento está localizado ou, até mesmo, deputados estaduais para que esses as ajudem a organizar os acampamentos e, principalmente, as ocupações de terra por meio do frete de veículos para o transporte das famílias, lonas para as barracas, alimentos, entre outros. O acampamento Augusto Boal, por exemplo, é acompanhado por um padre da Paróquia de Promissão - Diocese de Lins. O acampamento Palmares conta com a colaboração de um vereador do município de Araçatuba, que contribuiu com a instalação de rede elétrica no acampamento.

Um dos maiores problemas ocasionados pela não participação efetiva dos coordenadores do Movimento nas ocupações de terra e acampamentos é a ascensão de lideranças personalistas, ou seja, de acampados que decidem a organização dos espaços de luta pela terra sem levar em consideração o coletivo. As famílias acampadas aceitam esse tipo de liderança, pois não têm condições de se envolverem nas atividades da coordenação em virtude das atividades laborais exercidas no campo ou na cidade. Além das lideranças personalistas, outro contratempo enfrentado pelo MST é a carência de militantes para coordenar os espaços de luta pela terra e, conseqüentemente, as regionais, cenário que acarreta o distanciamento do Movimento da sua base social, a fragmentação de acampamentos e a desistência das famílias acampadas.

## Regional de Andradina

A regional de Andradina é uma das mais antigas do estado de São Paulo. Na atualidade, existem 14 acampamentos nessa regional, sendo que 3 deles - Conquista, Jardim de Deus e Novo Horizonte - estão à procura de áreas improdutivas ou com irregularidades sociais, ambientais ou jurídicas para reivindicar; 2 deles - Jardim de Deus e São Raphael Santana - eram organizados por sindicatos rurais, mas devido a problemas organizacionais, as famílias procuraram o MST; e um deles - Irmã Dorothy - pleiteia, ao mesmo tempo, as fazendas Jangada e Santa Maria, de acordo com o quadro abaixo.

**Quadro 2 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Andradina - 2013**

Município	Acampamento	Propriedade	Número de ocupações	Data
N.I. <sup>14</sup>	Jardim de Deus	Sem área <sup>15</sup>	-	-

<sup>14</sup> Município não informado pela direção do MST.

Aparecida d'Oeste	Padre Josino	Fazenda Nossa Senhora Aparecida I e II	-	-
Araçatuba	Palmares	Fazenda Santa Cecília <sup>16</sup>	2	17/09/2009 15/04/2011
Araçatuba	Novo Horizonte	Sem área		
Castilho	José Martín	Fazenda Itapura <sup>17</sup>	2	08/01/2004 08/12/2004
Indiaporã	Ouroíndia	Fazenda Bom Jesus	-	-
Itapura	Madre Cristina	Fazenda Lagoão <sup>18</sup>	5	16/06/2005 25/07/2007 20/02/2007 20/04/2007 16/02/2009
Mirandópolis	São Raphael Santana	Fazenda São Raphael Santana	-	-
Mirandópolis	Ernesto Che Guevara	Fazenda São José	-	-
Mirandópolis	Conquista	Sem área	-	-
Pereira Barreto	José Ribamar	Fazenda Santo Ivo	-	-
Pontalinda	Paulo Freire	Fazenda Ranchão	-	-
Rubiácea	Rosa Luxemburgo	Fazenda Guararema	-	-
Sud Menucci	Irmã Dorothy	Fazenda Jangada/Fazenda Santa	2	08/03/2006 28/06/2007

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.  
Organização: AUTOR, 2014.

A regional de Andradina é a que apresenta maior número de acampamentos que, em sua maioria, estão localizados na beira das estradas - apenas o acampamento Palmares está localizado em um terreno da prefeitura de Araçatuba. Todavia, o número de ocupações de terra é bastante restrito, visto que desde o ano de 2011 nenhuma ação desse tipo ocorreu nessa regional. Entre os anos de 1990 e 2012, foram registradas, aproximadamente, 100 ocupações de terra organizadas pelo MST, de acordo com o DATALUTA (2013).

Ainda, devido à Medida Provisória 2.183-56/2001, o Movimento normalmente ocupa as propriedades rurais limítrofes àquelas reivindicadas, evitando, dessa forma, a interrupção dos processos de vistoria e, conseqüentemente, de desapropriação de áreas improdutivas. As **ocupações de terras limítrofes** se tornaram uma das principais estratégias do MST nas regionais de Andradina e, também, de Promissão. No caso do Pontal do Paranapanema, as ocupações de terra são mais intensas e nas áreas pleiteadas, pois as propriedades são públicas.

<sup>15</sup> Acampamento sem propriedade reivindicada definida.

<sup>16</sup> Ambas as ocupações foram organizadas pelo MST.

<sup>17</sup> As suas ocupações foram lideradas pelo MST, sendo que uma delas foi realizada por famílias do acampamento Nova Conquista.

<sup>18</sup> Todas as 5 ocupações foram realizadas pelo MST.

<sup>19</sup> Acampamento com duas propriedades reivindicadas. As duas ocupações foram realizadas pelo MST.

O panorama apresentado nos permite questionar, primeiro, se é interessante para o MST organizar acampamentos que ainda não possuem uma propriedade rural para reivindicar; se a organização de acampamentos que eram de outros movimentos socioterritoriais ou sindicatos rurais é mais acessível ao Movimento do que a sistematização de trabalhos de base, prática que está se tornando incomum no estado; e, por fim, se o acampamento é um espaço transitório, pois o acampamento Madre Cristina, por exemplo, existe desde o ano de 2002 e a propriedade reivindicada pelas famílias, a fazenda Lagoão, foi recentemente considerada produtiva por um juiz da comarca de Ilha Solteira.

No caso de acampamentos com décadas de existência, várias famílias desistem da luta pela terra ou migram para acampamentos nos quais as propriedades reivindicadas têm maior probabilidade de serem desapropriadas. Desde as ações pesquisadas por Feliciano (2003), o tempo de existência de um acampamento é cada vez maior. Esse é um dos elementos que explica porque algumas famílias desistem dos acampamentos e outras frequentam os acampamentos apenas nos fins de semana.

### Regional do Pontal do Paranapanema

A regional do Pontal do Paranapanema é composta por apenas 3 acampamentos. Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti são os mais antigos da regional, com cerca de 5 anos de existência, diferente do acampamento Irmã Dorothy que surgiu em meados de 2012. A maioria das famílias acampadas nos dois primeiros espaços citados está lutando por terra há pelo menos 10 anos, pois são remanescentes de outros acampamentos da regional que se transformaram em assentamentos rurais.

Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti reivindicam as fazendas São Domingos e Nazaré, respectivamente. Ambas são terras públicas que foram grilladas historicamente por fazendeiros da região. Atualmente, a fazenda São Domingos está arrendada para o cultivo de cana-de-açúcar e soja e a fazenda Nazaré está arrendada para a produção pecuária. O acampamento Irmã Dorothy surgiu quando famílias dos municípios de Indiana e Presidente Prudente procuraram o MST e pediram que ele as representasse na luta por uma fazenda localizada no município de Indiana que havia sido hipotecada pelo Banco do Brasil.

Distinto dos acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti, formados a partir de trabalhos de base realizados pelo MST na região do Pontal do Paranapanema e Norte do estado do Paraná, o acampamento Irmã Dorothy pode ser caracterizado como um acampamento funcional, ou seja, um acampamento que está em processo de consolidação organizacional. Dessa forma, apesar das famílias desse acampamento participarem das lutas regionais, o Movimento ainda não investiu na massificação do acampamento – realização de trabalhos de base e aumento do número de famílias acampadas.

Mesmo com um número restrito de acampamentos, as ocupações de terra são bastante intensas na regional do Pontal do Paranapanema. De acordo com o quadro, desde a década de 1990 até os dias atuais, as fazendas São Domingos e Nazaré já foram ocupadas 17 e 9 vezes, respectivamente (DATALUTA, 2013).

**Quadro 3 - Informações sobre a luta pela terra na regional do Pontal do Paranapanema - 2013**

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Indiana	Irmã Dorothy <sup>20</sup>		1	05/10/2012
Marabá Paulista	Irmã Goreti	Fazenda Nazaré <sup>21</sup>	9	29/03/1999

<sup>20</sup> Ocupação organizada pelo MST.

<sup>21</sup> Foram 6 ocupações organizadas pelo MST, uma pelo MST da Base e uma por movimento socioterritorial não identificado.

				07/09/2001 03/05/2004 16/04/2004 10/01/2006 13/04/2010 07/10/2011 23/06/2012 08/03/2013
Sandovalina	Dorcelina Folador	Fazenda São Domingos <sup>22</sup>	17	07/10/1995 28/10/1995 01/10/1995 22/01/1996 15/08/1996 07/10/1996 15/10/1996 08/03/1996 26/10/1996 23/02/1997 23/02/1998 29/07/2004 04/12/2004 18/03/2006 15/04/2011 14/04/2012 14/07/2012

Fonte: trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA), 2013.  
Organização: AUTOR, 2014.

## Regional de Promissão

A regional de Promissão é formada por 5 acampamentos. Até o ano de 2012 eram 6 acampamentos, todavia um foi extinto pelo próprio MST depois que a propriedade reivindicada foi declarada produtiva. Encontramos na regional de Promissão a mesma tendência da regional de Andradina, poucas ocupações de terra, mas um número significativo de acampamentos. De acordo com o quadro, apenas duas das 5 propriedades pleiteadas foram ocupadas pelo Movimento, sendo que a ocupação da fazenda Colômbia em 2006 foi sistematizada pela Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA).

**Quadro 4 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Promissão - 2013**

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Altair	Egídio Bruneto	Fazenda São José <sup>23</sup>	1	06/11/2011
Barbosa	Argentina Maria	Fazenda Corredeira	-	-
Colômbia	Colômbia	Fazenda Colômbia <sup>24</sup>	1	11/10/2006
José Bonifácio	Augusto Boal	Fazenda São José	-	-
Gália	Luiz Beltrame	Fazenda Portal do	-	-

<sup>22</sup> Das 17 ocupações, apenas duas não há informações sobre o movimento socioterritorial que organizou a ação, as outras 15 foram organizadas pelo MST.

<sup>23</sup> Ocupação organizada pelo MST.

<sup>24</sup> Esta fazenda foi ocupada pela Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA).

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.  
Organização: AUTOR, 2014.

Em alguns casos, o MST desiste da organização dos acampamentos formados por outros movimentos socioterritoriais, sindicatos rurais ou Igrejas Católicas e Evangélicas, pois as famílias acampadas não concordam com algumas diretrizes políticas e, principalmente, organizacionais do Movimento, como a coordenação coletiva desses espaços. Normalmente, os acampamentos do MST são estruturados a partir de grupos de famílias e cada um desses grupos é coordenado por um homem e uma mulher acampados. Além da coordenação dos grupos de famílias, existe a coordenação do acampamento, também composta por um homem e uma mulher acampados.

Na regional de Promissão existem, aproximadamente, 20 núcleos urbanos de luta pela terra e pela reforma agrária que são coordenados por um padre da Igreja Católica do município de Promissão e por um pastor de uma Igreja Evangélica do município de Penápolis. Os núcleos urbanos são espaços construídos em diferentes cidades da regional com o objetivo de discutir formas de acesso a terra. O MST contribuiu significativamente com as discussões realizadas semanalmente nesses núcleos, todavia quando os grupos optaram por desenvolver experiências de luta pela terra, como ocupações de terra e acampamentos, surgiram conflitos entre o Movimento e os núcleos. Em virtude desses conflitos, o MST não organiza as ações desenvolvidas pelos núcleos, apesar de alguns desses utilizarem a bandeira do Movimento.

## **Considerações finais**

De acordo com a leitura geográfica desenvolvida por Fernandes (1996), o processo de espacialização do MST pode ser compreendido por meio da concepção de multidimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, por meio da constituição de espaços comunicativos, espaços interativos e, por fim espaços de luta e resistência. Os espaços comunicativo e interativo eram construídos no âmbito dos lugares sociais, ou seja, das CEBs, enquanto o espaço de luta e resistência, no caso o acampamento, era construído em propriedades rurais ocupadas pelo MST ou na beira das estradas próximos às fazendas reivindicadas.

Nas CEBs, primeiramente, famílias camponesas se reuniam com o objetivo de desenvolver práticas de comunicação a respeito da realidade do campo brasileiro, no caso, da expropriação, exclusão e migração do campesinato. Após compreenderem os processos citados, as famílias construíam um espaço interativo, no qual além da comunicação, interagiam com o intuito de organizar práticas capazes de transformar a realidade. Apenas após meses de comunicação, interação e, conseqüentemente, formação política, as famílias que participavam desses espaços optavam ou não pela ocupação da terra e a formação de um acampamento.

Distinto de Fernandes (1996), a concepção desenvolvida por Feliciano (2003) compreendia o processo de ocupação da terra a partir da constituição dos espaços político, local, jurídico e simbólico. Com a intensificação e, conseqüentemente, massificação do processo de espacialização do MST, ao invés de o Movimento construir os três espaços estudados por Fernandes (1996), passou a construir um único espaço, o de luta e resistência e no âmbito desse espaço desenvolvia a comunicação e interação das famílias acampadas. Dessa forma, as famílias camponesas que tinham interesse em retornar ao campo, eram arregimentadas por meio de trabalhos de base no campo e na cidade e levadas até a propriedade que seria ocupada ou a área em que o acampamento deveria ser erguido. Esse processo é denominado por Feliciano (2003) como sobreposição do espaço de socialização política.

Ao realizar uma ocupação de terra, o MST também luta no âmbito da esfera pública ao reivindicar a desapropriação ou arrecadação de uma propriedade rural; na esfera local ao exigir, por exemplo, que a prefeitura do município no qual o acampamento está localizado

conceda às famílias acampadas direitos básicos, como o acesso à água tratada, ao transporte público, sobretudo, ônibus escolar para as crianças e adolescentes; na esfera jurídica ao questionar a propriedade da terra; e, por fim, na esfera simbólica ao tentar mobilizar a sociedade em prol da reforma agrária.

Nos dias de hoje, a espacialização do MST é, de certa forma, próxima dos processos analisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). As ocupações de terra e os acampamentos, por exemplo, são organizados a partir das regionais de lutas, o que já acontecia, ainda que timidamente, no período estudado por Fernandes (1996). O MST também constrói apenas um espaço, o de luta e resistência, e no bojo desse espaço desenvolve os espaços comunicativo e interativo. Concordamos com o autor citado, quando afirma que a sobreposição dos espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência prejudica, até certo ponto, a formação política das famílias acampadas. Além disso, acreditamos que as famílias acampadas também lutam, ainda que parcialmente, nos espaços político, local, jurídico e simbólico. Todavia, como o número de famílias que moram no acampamento é extremamente restrito, não há a necessidade de as famílias lutarem, por exemplo, por transporte público para as crianças se deslocarem do acampamento até a escola, já que não encontramos crianças nos acampamentos.

## Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano e WELCH, Cliff. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, AGB, p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Campo - Território, v. 5, 2010.

Recebido para publicação em 17 de janeiro de 2015

Devolvido para revisão em 14 de maio de 2015

Aceito para publicação em 07 de junho de 2015